

Tendências da nova ordem mundial e o lugar do Brasil*

César Benjamin

**Texto preparado para o Fórum Social Brasileiro
realizado em Belo Horizonte em julho de 2003.**

1. A esquerda tem debatido há vários anos a possibilidade de uma crise do capitalismo em escala mundial. Alguns chegam a defender que essa crise já se instalou. Não compartilho dessa opinião. De um lado, ela banaliza a expressão “crise”, conferindo-lhe um sentido elástico demais; de outro, perde de vista a especificidade do capitalismo. O aumento da exclusão social, a concentração da riqueza, as tendências militaristas e realidades afins, tão visíveis no mundo contemporâneo, não devem ser apresentados como argumentos e evidências nesse sentido, pois o funcionamento normal do sistema pode provocar esses efeitos. O capitalismo só entra em crise quando o processo de acumulação de capital se interrompe. Sob este ponto de vista, ele permanece funcionando, com as dificuldades e contradições que lhe são inerentes.

A idéia de uma “crise iminente”, por sua vez, não é despropositada, se usarmos como referência a análise clássica de Marx. Porém, as leis formuladas por ele são insuficientes para compreender a dinâmica que predomina em cada momento. É preciso observar a configuração real do sistema em determinado período. Era assim, aliás, que o próprio Marx trabalhava, estabelecendo todo o tempo uma relação estreita entre teoria e história (sua crítica a Ricardo, por exemplo, insistia na importância da *forma* dos processos, aspecto que o grande economista inglês subestimava). Para ele, a história nunca foi um conjunto de fatos a serem selecionados para legitimar uma teoria. A história constitui organicamente a teoria, de modo que esta não existe sem aquela. “O modo dialético de exposição só é correto quando conhece seus próprios limites”, escreveu nos *Grundrisse*, onde descreve seguidamente como são insuficientes os raciocínios baseados apenas em arranjos lógicos de conceitos. Por isso, ele nunca fez previsões a partir das leis fundamentais que formulou, às quais, aliás, deu o nome de *leis de tendência*, o que pressupõe a existência de contratendências que freqüentemente prevalecem (não fosse assim estaríamos diante de leis positivas, absolutas).

2. Desejo propor outra abordagem Ela parte da constatação de que os elementos potenciais de crise sistêmica, reiteradamente apontados, estão presentes há muitos anos. Por que, então, essa crise ainda não se instalou? Como tem sido adiada? Até quando será adiada? Indefinidamente? Que elementos têm permitido a “fuga para a frente” do próprio sistema?

Para responder a questão assim reformulada, muitas análises enfatizam o desenvolvimento tecnológico, ou a chamada Terceira Revolução Industrial. Também me parece um caminho insuficiente. É verdade que a mutação tecnológica contém dois elementos capazes de adiar a crise. De um lado, tem permitido expandir o espaço geográfico abrangido pela acumulação capitalista, incorporando vastas regiões e populações (antes só marginalmente incorporadas) ao sistema produtivo diretamente controlado pelo capital; por essa via, grande quantidade de trabalho vivo e novos mercados em ascensão, não saturados, tornaram-se disponíveis para o capital nas últimas décadas, somando-se aos “estoques” mais antigos. De outro, o desenvolvimento técnico permitiu encurtar o tempo da acumulação, ou o ciclo do capital, tornando mais rápido o circuito de produção, circulação e realização de bens e serviços — o que, como se sabe, também é um mecanismo de sustentação das taxas de lucro (“Economia de tempo: a isso se resume toda a economia” e “Circulação sem tempo de circulação é a tendência do capital” – ambas são frases de Marx).

Ao permitir simultaneamente expandir o espaço (leia-se, incorporar populações) sob controle efetivo do capital e contrair o tempo da acumulação, a mutação da base técnica pode ter contribuído, de fato, para que a crise potencial não se instalasse, como já aconteceu em outros momentos da história (não há nada de novo nisso: esta é a mais importante função do progresso técnico no capitalismo). Mas, paradoxalmente, essa mesma mutação contém também elementos que deveriam apressar a crise: o aumento da produtividade tem sido muito superior ao aumento da produção; a capacidade de incorporar trabalho vivo nas regiões “velhas” (especialmente nas mais desenvolvidas) diminui dramaticamente; a acumulação fictícia (D-D’) cresce muito mais que a acumulação produtiva; a tendência à superprodução se torna mais nítida em um mundo no qual o desemprego aumenta, os salários reais diminuem, os gastos anticíclicos dos Estados nacionais se contraem.

Com a integração plena do planeta em uma economia-mundo e a realização de uma acumulação “na velocidade da luz”, a expansão do espaço e a compressão do

tempo atingem limites não ultrapassáveis. Assim, a ênfase no desenvolvimento técnico deveria, ao fim e ao cabo, repor e aprofundar a idéia de uma crise iminente. Privilegiando-se essa abordagem, as segundas tendências (as tendências à crise) deveriam acabar prevalecendo necessariamente sobre as primeiras (as tendências ao adiamento da crise). A questão que formulamos acima — por que a crise iminente não se transforma em crise real — permaneceria sem solução.

3. Para resolver a nossa questão precisamos reduzir o nível de abstração. Poderemos então observar algumas características importantes, que chamarei de anomalias, presentes na configuração atual do sistema. Destacarei três delas, relacionadas entre si.

A primeira: a economia mais importante do mundo funciona com déficits externos colossais e tornados permanentes. O déficit comercial norte-americano só tem feito crescer, superando hoje, com folga, US\$ 500 bilhões por ano. A ele se soma um déficit fiscal que também atingirá US\$ 500 bilhões neste ano. Para perceber a enormidade desses números, basta lembrar que, quando o déficit comercial brasileiro atingiu “apenas” US\$ 8 bilhões por ano, nosso país — que não é pequeno — mergulhou em crise aguda, que forçou a mudança de seu regime cambial.

Em tese, uma economia não poderia funcionar como a americana o faz. Isso, aliás, era o que pensavam os arquitetos da ordem capitalista do após-guerra, que criaram o Fundo Monetário Internacional (FMI) exatamente para construir maneiras de reequilibrar balanços de pagamentos em desequilíbrio – fosse por superávits, fosse por déficits expressivos –, considerados incompatíveis com o funcionamento normal do sistema internacional.

4. Só podemos compreender o padrão de funcionamento da economia americana quando o observamos junto com uma segunda anomalia: essa economia gigantesca e altamente deficitária emite, sem lastro e sem regras de emissão, a moeda do mundo. Por isso, sua capacidade de endividamento é incrivelmente elástica, em uma escala quase impensável nos moldes tradicionais. Recordemos como chegamos a isso: ao transformar o dólar em moeda de referência internacional, a Conferência de Bretton Woods (1944) entregou a senhoriagem da economia capitalista mundial aos Estados Unidos, mas impôs a esse país duas regras de emissão: a conversibilidade dólar-ouro e a paridade fixa entre os dois. Ambas as regras foram garantidas em tratado internacional assinado pelo Estado americano.

Criou-se assim um sistema em que a reserva americana de ouro lastreava o dólar, que por sua vez era a referência para as demais moedas, de acordo com taxas de câmbio fixas (ajustáveis segundo certas regras). Nesse contexto, o poder de senhoriagem do Estado americano era contido e disciplinado, pois a emissão de dólares representava a hipoteca de sua reserva de ouro e, de alguma forma, era limitada por ela. Em 1972, como se sabe, 28 anos depois de Bretton Woods, os Estados Unidos romperam unilateralmente o tratado e se descomprometeram com as regras de emissão nele previstas. Desvincularam o dólar e o ouro, repudiando a conversibilidade, e em seguida desvalorizaram a moeda, abandonando a paridade, tendo em vista recuperar a competitividade de sua economia. Os demais países tiveram de seguir caminho semelhante, efetuando suas próprias desvalorizações competitivas, logo tornadas sucessivas.

O sistema de Bretton Woods deixou de existir, dando lugar a um “não-sistema” de moedas sem lastro e câmbios flutuantes. Desenvolveram-se então, vigorosamente, os processos que viriam a formar o que mais tarde foi chamado globalização, especialmente a financeirização da riqueza, pois os mercados de câmbio (estritamente vinculados aos de juros) tornaram-se fontes de receitas extraordinárias para empresas, fundos e bancos multinacionais capazes de operar simultaneamente em diferentes moedas e praças financeiras, realizando todo tipo de operações de arbitragem.

Como o sistema internacional não tinha — e ainda não tem — substituto para o dólar, o Estado americano reteve, na prática, o direito de senhoriagem sobre a economia internacional, agora porém sem as limitações das regras de emissão. Não foi uma decisão técnica. Relacionou-se, antes de tudo, com um ambicioso projeto de retomada (ou reafirmação) da hegemonia norte-americana, àquela altura ameaçada pelo vigor das economias alemã e japonesa reconstruídas, o poderio político-militar soviético em aparente ascensão e as veleidades contestadoras de grande parte do então Terceiro Mundo. Sem compreender esse projeto, em todas as suas dimensões (econômica, militar, política, cultural, ideológica), nada se compreende da evolução da conjuntura internacional nas últimas décadas. (Reiteremos este aspecto da história: o chamado processo de globalização deslança a partir do momento em que é impulsionado pelo Estado nacional hegemônico, em defesa de seus interesses; confundir “globalização” e “enfraquecimento [ou fim] da ação dos Estados” não tem sentido nenhum.)

5. Para o que nos interessa aqui, ressaltemos que um Estado nacional passou a emitir, sem regras e praticamente sem limites, a moeda do mundo. Trata-se de uma situação que não pode perdurar indefinidamente, pois introduz uma assimetria estrutural nas relações internacionais. Imaginá-la como uma situação normal e permanente é admitir que os demais integrantes do sistema aceitarão passivamente, para sempre, uma posição subordinada, o que contraria toda a experiência histórica.

A decisão norte-americana data da década de 1970. Só muito recentemente surgiu uma possível resposta a ela, com a criação do euro, que ainda engatinha. Por que esta segunda anomalia se prolonga tanto?

Um primeiro motivo é claro: é muito difícil transitar de um padrão monetário a outro. O trânsito da libra para o dólar, por exemplo, só se completou muito depois de a Inglaterra ter perdido, de fato, a hegemonia mundial, e a fase de transição exigiu duas guerras mundiais. O segundo motivo nos interessa mais, pois remete à terceira anomalia do sistema internacional atual, a que me referi antes: a região ascendente do sistema – o Leste da Ásia – é estruturalmente superavitária. Não poderia funcionar se não tivesse como formar e para onde escoar o seu enorme superávit. A demanda da economia norte-americana – geradora de déficit nos Estados Unidos – é que abre espaço para a acumulação acelerada na Ásia e para a reciclagem do capital sobrando dessa região. Essa afirmação pode ser generalizada sem nenhuma perda de rigor: *ao ser financiado, o déficit americano cria aquele que é, de longe, o mais importante pólo de demanda efetiva para a economia internacional*, pois os dois outros grandes centros – a Europa e o Japão – vivem períodos prolongados de recessão ou baixo crescimento.

Se esta visão é correta, o que mantém em funcionamento a ordem mundial atual, chamada de neoliberal, não é o que ela anuncia como sendo seu grande trunfo (o desenvolvimento tecnológico e a formação de uma “nova economia”), mas sim um mecanismo tipicamente keynesiano: a sustentação da demanda efetiva por meio da emissão de dívidas. Emissão incrivelmente elástica porque o mesmo agente, de um lado, se endivida e, de outro, fabrica a moeda (não lastreada) em que sua dívida deve ser paga.

Esse padrão monetário, que podemos chamar de dólar-flexível, produz conflitos no núcleo do sistema mundial de poder. A posição especial do Estado americano incomoda, pois sua hegemonia está inscrita nas regras do jogo, tal como elas existem hoje, que são regras viciadas. *Mas, além de conflito, também há cooperação, pois se o dólar desabar todos desabam, já que todos são credores do dólar.* Eis o paradoxo: o

mecanismo que mantém a economia mundial funcionando (a capacidade de endividamento americana) depende da posição especial do dólar; porém, enquanto essa posição perdurar, os Estados Unidos manterão um grau de hegemonia que não é facilmente tolerado pelos demais participantes do grande jogo de poder mundial.

Em outras circunstâncias históricas isso poderia se resolver por meio da guerra entre os integrantes do núcleo do sistema, mas esta possibilidade está afastada. Hoje, a guerra é alternativa para lidar com regiões periféricas. Não há, pois, via rápida e radical de promover mutações, nem pela economia (pois a ruptura do padrão monetário seria dramática para todos) nem pela confrontação militar. Por isso, a atual configuração só pode se modificar lentamente. *A posição do dólar é o elemento-chave para o desenlace da crise latente.* Esta posição, embora já muito instável e precária – pois é evidente a tendência à desvalorização –, se beneficia da inexistência, hoje e pelos próximos anos, de alternativas à moeda norte-americana como reserva de valor no sistema mundial.

6. A abordagem que estamos desenvolvendo permite destacar as duas dimensões fundamentais do sistema — riqueza e poder —, que não são compreensíveis isoladamente. Muitos não se dão conta disso, enfatizando apenas a dimensão da riqueza, ou da economia, sendo capturados pela ênfase abusiva nos modos de produzir. Terminam enxergando apenas, ou principalmente, o enfoque da técnica. Marx nunca pensou assim, nem mesmo em suas obras especificamente econômicas (basta lembrar as centenas de páginas que escreveu sobre o dinheiro nos *Grundrisse*, que formam, talvez, a parte mais complexa e fascinante de sua vasta obra).

Se incorporarmos a dimensão do poder como fundamental para explicar os movimentos do sistema internacional, devemos admitir, quase axiomáticamente, que em condições normais esse sistema tende a algum tipo de multipolaridade. No sistema-mundo contemporâneo a existência de um centro esmagadoramente hegemônico só pode ser uma situação excepcional e transitória. *A unipolaridade criada no imediato após-Guerra Fria não é uma configuração estável.*

Se essa abordagem está correta, a leitura da conjuntura internacional precisa tentar decifrar um grupo delimitado de questões: como a configuração unipolar, intrinsecamente instável, está se desdobrando na direção de uma nova multipolaridade? Qual a forma desse processo? Em que ritmo ele avança? Que dificuldades enfrenta? Como se comportam os principais agentes? Será que já se podem ver os contornos da

configuração que virá? Tais questões permitem diferentes abordagens que não posso desenvolver aqui. Privilegiarei duas delas.

A primeira abordagem possível é de natureza regional. Vejamos, passo a passo, o que ela nos mostra.

Os Estados Unidos vivem o auge de seu poder e ocupam um duplo centro: o centro da economia-mundo e o centro de uma área econômica regional já constituída pelo Nafta. Em seu entorno imediato, temos uma América Latina sem projeto próprio, em trânsito para ser tragada pela área regional americana. Assim ampliada, esta área poderá vir a ser, explicitamente, a futura área do dólar se outras regiões conseguirem escapar da senhoriagem norte-americana.

Grandes movimentos estruturais em curso na região apontam para o fortalecimento dessa condição: a proposta de criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) em 2005, que extingue os espaços econômicos nacionais e cria um só espaço hemisférico, centrado na economia americana; o enfraquecimento e abandono de diversas moedas nacionais, com a dolarização progressiva do continente; a desnacionalização galopante dessas economias; a transformação dos Estados nacionais em reféns do sistema financeiro internacional; o isolamento ideológico e o enfraquecimento das forças armadas do continente; a intervenção direta dos Estados Unidos na região amazônica, importante depositária de recursos estratégicos para o novo ciclo econômico de longo prazo que se inicia (pela primeira vez na história, essa intervenção inclui a montagem de bases militares americanas dentro da região).

Se não forem contidos e revertidos, esses movimentos redefinirão profundamente a geopolítica continental ainda nesta década.

7. Continuemos nossa viagem. Para compensar a relativa fraqueza de seus Estados-membros, tomados isoladamente, a Europa acelerou seu processo de unificação. Formou uma região econômica integrada cuja capacidade produtiva se equipara à dos Estados Unidos; constituiu uma área monetária própria, iniciando um incipiente movimento de escape em relação à senhoriagem do dólar; harmonizou sua legislação em quase todos os âmbitos; unificou seu mercado de trabalho; concedeu cidadania continental às suas populações; está em processo de unificação de suas forças militares, dotando-as de alta capacidade de intervenção.

O que é isso, se não a criação de um novo Estado?

Enquanto nossas elites vocacionadas para a subalternidade saúdam o “fim do Estado”, assistimos no centro do sistema ao surgimento de um megaestado, um Estado continental, multinacional, que manterá as sociedades européias no grande jogo mundial da riqueza e do poder no século XXI. É um projeto geopolítico de fôlego, cujas maiores dificuldades atuais parecem ser as seguintes: (a) na esfera econômica, destaca-se a assimetria decorrente da existência de um Banco Central europeu e de Tesouros ainda submetidos aos Estados nacionais, o que impede a adequada coordenação de políticas monetárias e fiscais; sem essa coordenação (que o Estado norte-americano realiza com grande competência, graças a uma arquitetura institucional que garante elevada sintonia entre Banco Central e Tesouro), a Europa perdeu a capacidade de realizar políticas anticíclicas e deixou-se prender na armadilha do baixo crescimento; a própria Alemanha já percebeu a necessidade de alterar essa situação, mas todos os movimentos da União Européia, por sua própria natureza, são especialmente complexos e lentos; (b) na esfera política destaca-se a dificuldade de definir uma política externa européia unificada, por motivos históricos e geopolíticos, que se traduzem por exemplo na tendência alemã de olhar para o *hinterland* do Leste, de um lado, e na elevada dependência da Inglaterra (que continua a ser uma praça financeira importante e a deter considerável capacidade militar) em relação aos Estados Unidos, de outro; (c) as incertezas que cercam o futuro da Rússia e de várias ex-repúblicas soviéticas, que pesam diretamente sobre o continente.

8. A África está fora do jogo; nas palavras de um alto tecnocrata internacional, “é um problema para a Cruz Vermelha”. A Rússia ainda luta para conter sua própria decomposição, para então reposicionar-se. Mantém-se na arena internacional graças ao peso de seu arsenal atômico, mas ele é inútil para ajudá-la a lidar com o mosaico de contradições internas resultantes da falência do socialismo burocrático, de uma transição inepta ao capitalismo (que a lançou em uma inusitada acumulação primitiva de capital privado em uma sociedade industrializada) e das múltiplas questões de natureza social, étnica e nacional que a paralisam.

Ao lado da América Latina – mas num patamar de importância muito superior –, o Oriente Médio é a outra área de intervenção direta permanente dos Estados Unidos. O abastecimento de petróleo é uma conhecida vulnerabilidade americana. Com reservas, em seu território, de 28,6 bilhões de barris e um consumo diário de 19,5 milhões de barris, os Estados Unidos têm petróleo próprio para abastecer-se durante apenas quatro

anos. A evolução do cenário no Oriente Médio foi favorável à posição americana até recentemente: a principal potência regional não subordinada, o Iraque, fora destruída na primeira guerra do Golfo e permanecia sob bloqueio, remetida a uma posição passiva e defensiva, e a maioria dos Estados árabes já reconhecia (ou se dispunha a reconhecer) Israel. Com o fim da União Soviética, desaparecera o espectro de uma guerra entre Estados na região, pois os países árabes ficaram sem retaguarda. O regime iraniano trabalhava para sua própria consolidação e não parecia capaz de uma ação desestabilizadora. O conflito reduzira-se a uma escala local na Palestina, de baixa intensidade, envolvendo helicópteros e grupamentos de soldados, de um lado, homens-bomba e atiradores de pedra, de outro, em escaramuças suficientes para alimentar noticiários, mas incapazes de colocar em risco a oferta de petróleo.

A evolução recente do quadro regional, porém, traz complicadores, causados em parte, paradoxalmente, pela ação dos próprios Estados Unidos na segunda guerra do Iraque, que resultou num atoleiro. Multiplicam-se grupos que pretendem estimular uma desestabilização de regimes pró-americanos instalados na região, mas, até onde se pode ver, é improvável que tenham êxito. A resposta dos Estados Unidos seria igualmente imediata e violenta, apoiada por Estados cuja existência seria ameaçada por um movimento pan-islâmico desse tipo. Mesmo assim, a situação atual é claramente mais explosiva do que a de alguns anos atrás.

9. A médio e longo prazos, a Ásia – e não o Oriente Médio – é a grande incógnita do sistema. Tem a segunda maior economia nacional do mundo (o Japão), a potência emergente (a China), grandes massas demográficas dotadas de alta laboriosidade, elevado dinamismo tecnológico, experiências de desenvolvimento rápido, empresas e bancos de grande porte, Estados nacionais vigorosos, poder nuclear (ainda claramente inferior ao dos Estados Unidos e da Rússia, porém crescente). Será uma jogadora de grande peso no século que se inicia.

Mas tem limites: está longe de criar uma área econômica integrada e nem se vislumbra a possibilidade de que algum dia venha a constituir um megaestado continental em moldes europeus. Não se vê sequer como poderia constituir uma área monetária. Mantém-se altamente dependente do mercado norte-americano e do dólar, moeda em que estão denominadas suas volumosas reservas. Abriga grandes populações em estado de pobreza e é portadora de enormes tensões internas de natureza nacional, étnica e religiosa. Não consegue marchar junta. A Índia permanece às voltas com um

grave contencioso com o Paquistão, a China (que ainda não completou seu processo de reunificação nacional) precisa ganhar tempo, o Japão tem fraquezas estruturais de grande monta, e assim por diante.

A ordem mundial norte-americana não foi – e não será – capaz de enquadrar a Ásia, que por isso ainda não encontrou sua posição no sistema-mundo contemporâneo. É grande demais e forte demais para ser engolida (como a América Latina), marginalizada (como a África) ou derrotada (como a Rússia). Ali ocorrerão os principais processos de transformação da ordem internacional.

10. Do ponto de vista dos Estados Unidos, a Ásia tem de ser mantida dividida, até mesmo por uma questão de estratégia militar. O Departamento de Estado considera que o quarto objetivo estratégico da geopolítica americana é o mais difícil de ser mantido no longo prazo. Ele é assim definido: “Que nenhum poder, ou conjugação de poderes, do hemisfério oriental possa desafiar o domínio norte-americano sobre os oceanos.” Compreende-se a preocupação: como as armas atômicas prestam-se muito mais à dissuasão do que ao uso efetivo, o controle dos oceanos é, de longe, o elemento central na supremacia militar em escala mundial. Tendo-o conquistado, os Estados Unidos detêm o monopólio da capacidade de deslocar e projetar suas forças em qualquer parte do planeta.

Criar uma poderosa marinha de guerra de longo curso exige recursos imensos, incompatíveis com manter grandes exércitos envolvidos com questões territoriais. Daí o permanente esforço americano de fazer com que seus competidores potenciais mantenham-se às voltas com ameaças terrestres, que os próprios Estados Unidos, por sua posição geográfica – tendo como vizinhos apenas o Canadá e o México –, não enfrentam. Esse tem sido, há muito tempo, o jogo americano na Ásia. Quando a extinta União Soviética começou a desenvolver uma marinha de guerra de alcance mundial, baseada em porta-aviões, os Estados Unidos, em um lance de gênio, a atolaram em uma prolongada guerra terrestre no Afeganistão, puxando-a de volta para dentro.

Tensões duradouras no coração da Ásia – se necessário, ampliando-se as diversas guerras civis latentes na região – ajustam-se perfeitamente aos interesses estratégicos dos Estados Unidos. Enquanto essas turbulências persistirem, todos os Estados asiáticos precisarão manter-se voltados para questões regionais, com forças militares territoriais, relativamente estáticas. A grande esquadra americana poderá

continuar a navegar soberanamente pelo mundo. Essa condição geopolítica, que é estrutural, mostra uma importante fraqueza da Ásia, quando considerada como pólo de poder mundial.

Não se vê, pois, nem mesmo a médio e longo prazos, o surgimento de um contrapoder à altura de desafiar a capacidade de projeção do poder militar do Estado norte-americano. Mas já se podem ver os limites deste poder: (a) os Estados Unidos são capazes de atacar e derrotar países não portadores de armas nucleares, como o Iraque e o Afeganistão, independentemente de sua posição geográfica; porém, para estabilizarem sua dominação, dependem da existência de aliados minimamente legítimos nas sociedades locais; se esses pontos de apoio internos lhes são negados, sua vitória militar inicial se transforma em um pesadelo; (b) países portadores de armas nucleares permanecem invulneráveis à máquina militar norte-americana, por sua capacidade de causar danos inaceitáveis aos próprios Estados Unidos ou a seus aliados; é o caso da Coreia do Norte, cujos mísseis podem alcançar as principais cidades japonesas e as bases militares americanas em toda a região; por isso, aliás, a agressividade dos Estados Unidos pode desencadear uma corrida, de conseqüências imprevisíveis, em direção à posse dessas armas por parte de países que se sintam ameaçados; (c) ações militares unilaterais têm altos custos políticos, diplomáticos e financeiros; em princípio têm de ser financiadas inteiramente pelo atacante; (d) embora o sólido controle dos oceanos garanta aos Estados Unidos, por muito tempo, o monopólio da capacidade militar ofensiva em escala planetária, nada impede que outros países desenvolvam estratégias defensivas eficazes em escala regional; ninguém poderá competir com a esquadra dos Estados Unidos em alto-mar, mas alguns poderão capacitar-se, com custos acessíveis, a impedir que ela se aproxime de seus territórios.

11. A posição do Brasil é, em larga medida, definida por sua condição de integrante do espaço regional latino-americano, a cujo destino imediato já me referi. Porém, nosso país mantém uma especificidade importante: *somos o grande país periférico das Américas, um dos cinco ou seis grandes países periféricos do mundo, que podem ser chamados de “países intermediários”*. Essa constatação nos introduz em um segundo recorte possível para a abordagem do sistema internacional. Tentemos entendê-lo.

Desde sua constituição, nas origens do mundo moderno, o sistema internacional foi fortemente polarizado por um centro relativamente pequeno e uma grande periferia.

Processos de crescimento rápido, fora dos países centrais, ocorreram basicamente em regiões que dispunham de abundantes recursos naturais (potencial agrícola, minérios), eventualmente valorizados. Quando esses recursos se esgotavam ou perdiam importância, suas regiões produtoras caminhavam para a decadência, reafirmando sua condição periférica.

O século XX alterou parcialmente esse padrão. Nele, economias não centrais conheceram casos notáveis de crescimento que não se basearam na exploração de recursos naturais abundantes, mas em processos intensivos de industrialização. Esses ciclos de crescimento – que, em diversos casos, promoveram mutações nos sistemas produtivos locais – foram impulsionados de diferentes formas, por diferentes regimes, que se baseavam em diferentes classes sociais, anunciavam diferentes metas e valores, mas tinham um traço comum: lançavam mão de mecanismos de coordenação supramercado para acelerar a industrialização e processos correlatos de modernização. As sucessivas disputas pela hegemonia no centro do sistema, que marcaram fortemente o período que Hobsbawm chamou de “breve século XX” (1914-1991), criaram condições favoráveis a esses projetos que se desenvolviam em alguns espaços tradicionalmente periféricos.

Surgiu assim um grupo de países intermediários, ou semiperiféricos, alguns de grande porte, entre os quais o Brasil. As condições estruturais desses países, somadas aos processos de modernização que experimentaram no século XX, os tornaram suficientemente fortes para que não devam ser confundidos com os países mais pobres e desassistidos, em geral de pequeno ou médio porte, que neste momento enfrentam dificuldades insuperáveis para sustentar projetos emancipatórios próprios.

Justo por isso, um dos fenômenos mais importantes na construção da “nova ordem mundial” no fim do século XX foi a desarticulação sucessiva das diferentes estratégias desses países intermediários que buscavam industrializar-se e diminuir a distância em relação ao centro (ou, no caso da União Soviética, *disputar* o centro). A primeira vaga de desarticulação, associada às crises das dívidas externas na primeira metade da década de 1980 e ao desdobramento na direção de políticas neoliberais, destrói os projetos em curso na América Latina. A segunda vaga, que ocorre no fim da mesma década e início da seguinte, desarticula a antiga União Soviética e os países de sua área de influência. Em meados da década de 1990, chega a vez do acerto de contas com as estratégias de emparelhamento em curso em países da Ásia. Só a China resiste, apoiada em sua configuração estrutural — território, recursos, população —, a força de seu Estado e na

especificidade de seu sistema, cuidadosamente preservado das ondas de choque oriundas do sistema internacional (a experiência chinesa de crescimento rápido é recente, pertence a uma “nova geração”, sendo difícil fazer qualquer prognóstico claro sobre seu desdobramento de longo prazo).

Todos os elementos comuns dos processos de desarticulação, a que nos referimos, estão contidos na estratégia de recuperação da hegemonia americana: o choque dos juros, a aceleração da corrida armamentista, a financeirização da riqueza e assim por diante.

12. É claro que essas desarticulações sucessivas só se tornaram possíveis porque as diferentes estratégias dos países intermediários continham importantes fraquezas. Não é o caso de analisá-las aqui, caso a caso. Observemos apenas um aspecto geral, especialmente relevante para entender a desarticulação do projeto brasileiro.

Nas relações econômicas internacionais, obtêm vantagens os países que conseguem controlar uma parte maior do excedente produzido no conjunto do sistema. Para ocupar uma posição de vanguarda, um país deve estruturar sua economia em torno de atividades geradoras de um ganho diferenciado, situado acima – preferencialmente, muito acima – da média. Tais posições são, por definição, excludentes (caso contrário, o ganho que propiciam não seria diferenciado). Portanto, tal como está organizado, o sistema econômico internacional é estruturalmente assimétrico.

Como as atividades que garantem ganho diferenciado modificam-se ao longo do tempo, a conquista e manutenção de uma posição de vanguarda não podem depender do controle de um setor, uma tecnologia ou uma mercadoria específicos (um setor, uma tecnologia ou uma mercadoria que garantem ganho diferenciado hoje podem deixar de fazê-lo amanhã). Elas exigem liderança sobre o processo de inovação, ou seja, capacidade permanente de criar novas combinações produtivas, novos processos, novos produtos. Por isso, *sob esse ponto de vista, o núcleo do sistema internacional são os espaços que concentram em si a dinâmica da inovação*. Eles capturam sucessivamente as posições de comando justamente porque conseguem recriá-las, obtendo dessa forma benefícios extras na divisão internacional do trabalho. No outro pólo, a dependência também se repõe dinamicamente.

Visto sob essa óptica, torna-se claro que o esforço desenvolvimentista brasileiro (1930-1980) manteve-se preso aos limites de uma modernização periférica e nunca nos aproximou, de fato, do centro do sistema mundial. Conseguimos internalizar

progressivamente atividades produtivas que, em algum momento, sustentaram a liderança dos países centrais. Mas o problema é que tais atividades perdem essa característica diferencial justamente quando a periferia em via de modernização consegue capturá-las, pois aí elas ficam sujeitas a uma pressão concorrencial que diminui sua importância e sua rentabilidade. Quando isso acontece, essas atividades são relegadas a segundo plano pelas economias centrais, que renovam sua posição privilegiada alterando as combinações produtivas mais eficazes. A desigualdade se repõe.

Uma impossibilidade lógica impede que “estratégias de emparelhamento”, do tipo usado pelo Brasil e por outros países em seus ciclos desenvolvimentistas, alterem as posições relativas no interior do sistema. Não se consegue superar a condição periférica nem mediante o uso extensivo de recursos naturais nem mediante a cópia de produtos e tecnologias (e seus estilos de vida associados) que já estão maduros nos países centrais. O desafio aberto às grandes economias retardatárias — ou “países intermediários” — é duplo: internalizar seletivamente elementos técnicos e culturais do paradigma vigente e, ao mesmo tempo, preparar condições para um salto que lhes permita romper a lógica da dependência, lançando-as na vanguarda de um novo paradigma. Este, por sua vez, já não pode ser pensado apenas no âmbito da técnica e da economia (neste caso, na melhor das hipóteses, haveria um desdobramento do mesmo paradigma), mas fundamentalmente das relações sociais. A problemática do rompimento da dependência se articula, pois, com a questão mais geral da transição a um novo tipo de sociedade.

13. É fácil ver por que a construção da nova ordem econômica mundial associou-se à desarticulação de estratégias antes disponíveis aos países intermediários. A ordem “globalizada” atinge as sociedades de forma completamente diferente. No caso dos países centrais, o âmbito da economia e da técnica, de um lado, e o âmbito das decisões políticas (aí compreendidas aquelas que têm desdobramentos militares), de outro, permanecem estreitamente vinculados, pelo forte vínculo entre megacorporações empresariais e Estados nacionais poderosos. No caso dos demais, esses âmbitos se dissociam, pela dispersão geográfica das cadeias produtivas, em escala mundial, feita sob o comando de corporações empresariais que não têm compromissos com os Estados e sociedades mais fracos, onde apenas instalam filiais.

De modo mais ou menos geral — ressalvada a exceção da China —, as capacidades diplomáticas, econômicas, militares e culturais desses Estados e

sociedades, bem como suas próprias vontades de desenvolver essas capacidades, foram quebradas. O centro do sistema sustou a penetração dos intrusos. *Mas isso não os eliminou da história.* Eles continuam a existir, mesmo enfraquecidos. Contam com massas demográficas muito expressivas, detentoras de capacidade técnica, associada aos processos de industrialização experimentados. Seus projetos de desenvolvimento, tal como definidos em períodos anteriores, foram desarticulados, mas essa capacidade não desapareceu; em larga medida, continua depositada em seus povos. Além disso, mantêm sua vocação de pólos de sustentação de projetos regionais de desenvolvimento e podem constituir uma importante rede internacional de apoio recíproco. Seus territórios podem ser defendidos de qualquer ameaça externa pela formação de infantarias extensas, imbatíveis em seu próprio terreno.

A condição desses países é cheia de tensões e potencialidades. Simultaneamente atraídos e repelidos pelo centro do sistema — com suas economias profundamente inseridas nos processos internacionais de acumulação, porém sem acesso às benesses monopolizadas pelos que controlam tais processos —, eles podem vir a constituir um elo fraco da nova ordem capitalista, pois podem ensaiar movimentos de ruptura, hoje bloqueados no centro. Por outro lado, vimos que a configuração atual evolui de uma situação de unipolaridade para alguma outra configuração multipolar. Com o tempo, os espaços de manobra dos países intermediários tenderá a voltar a crescer. Por isso, *é vital que consigamos impedir que, neste curto intervalo de unipolaridade, o Brasil e a América Latina sejam tragados pela área regional americana, o que tornaria “permanente” — ou, pelo menos, muito prolongada e custosa — uma condição marcada pelo estreitamento de possibilidades.*

14. O Brasil pertence a esse elo fraco do capitalismo contemporâneo, o conjunto de países intermediários. Nossa crise é imensamente grave, mas o potencial para superá-la é igualmente imenso. Para que isso ocorra, dependemos, de um lado, dos espaços que vão se abrir para nós naquela evolução do sistema como um todo: historicamente, nossos espaços aumentam em períodos em que a hegemonia está em disputa, sendo redefinida; de outro, dependemos da nossa própria capacidade de colocar importantes mudanças internas na ordem do dia. Grandes países periféricos, como os Estados Unidos e a China, já passaram por desafios semelhantes, cada um ao seu jeito, e só obtiveram êxito quando ousaram contrariar o lugar que lhe fora atribuído pela ordem

internacional de seu tempo. Isso tem custos. O problema é saber se estamos dispostos a pagá-los.

Prevalece neste momento a tendência de voltarmos a ser um país primário exportador, inserido de forma subordinada em um sistema regional. A primeira condição é a de que resistamos a isso. Nossa estratégia, hoje, começa por tentar preservar a possibilidade de termos uma estratégia, o que depende da recuperação dos instrumentos necessários para exercer nossa soberania. Em paralelo, deveríamos buscar uma posição independente, fortalecida pela formação de um bloco regional autônomo, capaz de manter relações extensa e geograficamente diversificadas e, com o tempo, assumir um papel próprio no mundo. O Brasil é insubstituível na criação do núcleo histórico de um novo rearranjo regional de cooperação e desenvolvimento — latino e americano —, que poderá vir a configurar um novo bloco, ou um novo megaestado, no futuro. Por isso, em última análise, as negociações em torno da Alca são negociações entre Brasil e Estados Unidos sobre o destino do continente.

15. Qual a nossa chance de alterar o curso atual das coisas?

Depois de mais de dez anos de experimento neoliberal, uma parte minoritária da sociedade brasileira efetivamente alterou seus padrões de consumo, suas expectativas e seus valores, adotando os padrões, expectativas e valores das populações afluentes do capitalismo globalizado. Esse processo conquistou setores expressivos das classes médias e penetrou até a medula de nossas elites. Bem-posicionados para participar diretamente do mercado mundial — como sócios menores, rentistas ou consumidores —, esses grupos ficam cada vez mais tentados a desfazer quaisquer laços de solidariedade local, desligando seu próprio destino do destino da sociedade como um todo. Suas opções apontam para o rompimento dos vínculos históricos e socioculturais que até aqui mantiveram juntos, em algum nível, os cidadãos. Essa parte da sociedade brasileira — proporcionalmente pequena, mas a mais influente — verá o ingresso formal do Brasil na “área regional americana” como uma enorme benesse.

Outra parte da sociedade ainda deseja preservar direitos sociais abolidos ou ameaçados, mantendo por isso alguma referência, ativa ou difusa, em partidos, sindicatos, movimentos ou organizações não governamentais. Sozinha, ela não tem peso para alterar o rumo das coisas: não é maioria numérica nem detém os principais aparatos de poder. Exerce uma influência às vezes importante, mas não decisiva.

Resta a maioria do nosso povo, que foi, simplesmente, desligado desses processos. Refiro-me aos grandes contingentes humanos de que o capitalismo não mais necessita. Sobrevivem no desemprego, no subemprego, na economia informal, em atividades sazonais, incertas ou ilegais. Por insistirem em sobreviver e por estarem relativamente concentrados, ameaçam. E, de alguma forma, se organizam. São dezenas de milhões. Mas, até aqui, não se tornaram agentes da transformação. Este é o desafio central colocado para a esquerda, o ponto cego de qualquer estratégia transformadora.

Pelo menos desde o fim do escravismo, nunca os diversos componentes da nação viveram situações tão desiguais e tiveram interesses tão conflitantes. Isso mostra que o modelo neoliberal tem menos potencial estruturante da sociedade – e, nessa medida, menos potencial hegemônico – que o modelo de acumulação anterior. A necessidade de se buscar alternativas é mais evidente a cada dia. Mas ninguém é capaz de prever o que virá pela frente, pois o Brasil atual é um país muito mudado e muito desconhecido. É como um quebra-cabeças que ninguém montou. Peças isoladas, ou encaixadas em pequenos grupos, nos trazem fragmentos de informação, mas não temos uma nítida imagem de todo o conjunto.

Ninguém sabe dizer como nossa sociedade se comportará. Porém, contrariando as aparências e o pessimismo de muitos, nunca o povo brasileiro ocupou uma posição potencialmente tão forte. Essas multidões concentradas em grandes cidades, com acesso a redes de informação e sem alternativas dentro do sistema são – em tamanha escala – um fenômeno novo em nossa história. Já ensaiaram mover-se nas diretas-já, na campanha de 1989, no *impeachment* de Collor. Três vezes em oito anos. Ensiaram mover-se, mas ainda não aprenderam a caminhar firmemente sobre os próprios pés, nem a levar suas demandas até o fim. Não entraram no palco para valer. Mas já podem entrar. O destino da nação está em suas mãos.

16. Vou concluir, recapitulando.

(a) A unipolaridade que marca o mundo após-Guerra Fria está dando lugar, gradativamente, a uma nova configuração multipolar muito complexa. O trânsito entre as duas situações é lento, pois há disputa e cooperação no centro do sistema. A solução pela guerra está afastada, e a conjugação de três anomalias econômicas criou até hoje uma possibilidade muito elástica de adiamento de uma grande crise. Isso desaparecerá se o dólar perder sua centralidade atual, o que só poderá ocorrer em um prazo de pelo

menos dez ou quinze anos. Não está clara a configuração exata da nova ordem multipolar, que dependerá crucialmente dos acontecimentos na Ásia.

(b) Os Estados Unidos estão em via de incorporar formalmente todo o Hemisfério Americano em sua área regional de controle direto, que poderá vir a ser, explicitamente, a “área do dólar”, contrastada à “área do euro” e a algum tipo de arranjo asiático que ainda não é claro.

(c) O destino do Brasil está atrelado ao do seu continente, porém com uma importante especificidade: somos o grande país intermediário da região, um país que ainda tem alguma margem de manobra. É fundamental usá-la, apostando em uma nova multipolaridade futura e preparando um outro caminho: a formação de um bloco regional latino-americano com presença global. Isso impõe uma estratégia de enfrentamento das pretensões norte-americanas no hemisfério.

(d) A base social interna dessa nova estratégia é o povo brasileiro, cujo destino depende inteiramente do destino que terá o Brasil. As elites podem, no máximo, negociar certas condições para nossa inserção subordinada no projeto americano. Por isso, um reposicionamento estratégico no mundo e a realização de profundas reformas políticas e sociais internas, que garantam a hegemonia popular, são faces gêmeas de um mesmo projeto.

(e) O Brasil experimentou, em pouco tempo, mutações estruturais de largo alcance, cuja combinação aponta para contradições graves e, eventualmente, explosivas: deixou de ser uma economia dinâmica e passou a ser uma economia de baixo crescimento, que não gera empregos; urbanizou maciçamente sua população, que agora, mais do que nunca, precisa de empregos para sobreviver; destruiu os caminhos abertos à mobilidade social, nos níveis (insuficientes) que já tivemos. A crise do modelo neoliberal, que se projetará pela nova década adentro, terá como pano de fundo essa crise maior, que questiona as estruturas do capitalismo dependente brasileiro.

Esse é o contexto dentro do qual temos de nos posicionar. Justamente nele, a maior parte da esquerda brasileira se convenceu de que não é possível propor mudanças importantes, de que mais vale uma bolsa-família na mão do que uma soberania no ar, de que grandes transformações não estão na ordem do dia, e assim por diante. A história a julgará.

